



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Prezadas e prezados acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PBLLog" ou "companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração

Em 2025, a PBLLog completou 13 anos de existência, atuando alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços de controle de emergência e logística de apoio à operação de *Upstream*, com uma posição reconhecida e competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. Vale destacar que, a partir de 28 de novembro de 2025, a PBLLog deixou de ser uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. (doravante "Petrobras"), tornando-se uma subsidiária integral da Petrobras Transporte S.A. (doravante "Transpetro"), através da incorporação da totalidade de suas ações ao capital social de sua nova controladora, reforçando a estratégia de crescimento dos negócios, em linha com o plano de gestão da sua atual Controladora. A mudança foi aprovada no âmbito da Petrobras, Transpetro e PBLLog, em todas as instâncias de Governança necessárias para implementação dessa reestruturação.

O resultado do exercício de 2025 refletiu o esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, contemplando altos níveis de operação e segurança, evidenciando nosso compromisso ao alcance das metas estabelecidas.

A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2025, nossas operações resultaram uma taxa de acidentes registráveis (TAR) de zero acidentados/milhão de "Homens-Hora Expostos ao Risco" (HHER); reforçando nosso compromisso com a segurança. Além disso, pelo quarto ano consecutivo, o ICMA - Índice de Compromisso com o Meio Ambiente está zerado, reforçando nosso compromisso de zero vazamentos.

A empresa buscou executar suas operações comerciais com base em relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com objetivo de garantir as melhores condições de atuação para atender aos níveis de serviço necessários à continuidade operacional dos ativos de Exploração e Produção (E&P).

Os esforços nas negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e resultado econômico aderentes aos riscos associados ao negócio, respaldados pelas gerências e pela administração.

O nosso lucro líquido auferido no exercício de 2025, de R\$ 407 milhões, representa a eficiência das nossas operações, sendo proposta a sua distribuição integral à e ao acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, declaramos dividendos intermediários em 31 de outubro de 2025, os quais foram antecipados à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, acionista controladora à época, no valor de R\$ 305 milhões. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício faz parte da destinação do resultado, que prevê a distribuição integral à Transpetro, nova acionista controladora da PBLLog, O Nopat (*Net Operating Profit After Taxes*), que representa o resultado operacional líquido de tributos, que também é uma métrica de topo da companhia, foi de 32% acima do planejado. Da mesma forma, nosso indicador EGC - Eficiência de Gastos Corporativos atingiu 3,2%, que representa um avanço de 27% no resultado do indicador, corroborando nossos esforços em alavancar receitas, otimizando a estrutura existente.

No ambiente de gestão contratual, em 2025, adotamos ação tempestiva na contratação e na cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração com a Petrobras, acionista controladora à época, para uma adequada gestão do Pool Logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Visando a melhoria contínua dos processos, também melhoramos nosso tempo médio de contratação e aditivos, aprimorando o planejamento das contratações conjuntas com a Petrobras, através da gestão automatizada da carteira. Mantivemos foco na diligência das medições contratuais e acompanhamento tempestivo dos saldos e provisões com clientes e fornecedores, o que nos proporcionou resultados no indicador de Eficiência da Execução Contratual em quase 100%.

Aprimoramos a gestão corporativa, bem como mantivemos o monitoramento integrado dos Riscos Empresariais e de Integridade. Esses esforços conjuntos proporcionaram consequente impacto positivo na governança da PBLLog.

Em 2025, a companhia manteve seu compromisso com integridade e transparência, evidenciado pela prévia do resultado da PBLLog no Indicador de Conformidade (IC-Sest), da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), em 2025, indicando nota máxima (1.000 pontos), repetindo a alta performance do ano anterior.

A PBLLog busca a melhoria contínua dos seus processos, garantindo altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade. Através do projeto de otimização societária, garantindo a preservação da margem e a continuidade dos serviços nos moldes atuais, a PBLLog, agora no âmbito da Transpetro, buscará sinergias e novas alternativas de negócio para agregar ainda mais valor ao Sistema Petrobras.

Agradecemos o apoio de todas as partes interessadas pela cooperação ao longo do ano de 2025 e reafirmamos nosso compromisso de desenvolver novos negócios para 2026, com foco na maximização de resultados e no desenvolvimento de um futuro sustentável.

Sobre este documento

Este Relatório da Administração atende à legislação vigente, como a Lei nº 6.404/76, e às orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui apresentadas refletem a realidade da companhia e são de responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Os dados financeiros foram preparados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipada", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e a leitora e o leitor não devem se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

Perfil Corporativo

A PBLLog

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PBLLog é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo subsidiária integral da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro desde 28 de novembro de 2025, tendo por objeto social a atividade de navegação de apoio marítimo, o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, além de serviços correlatos.

Desde a sua constituição, a PBLLog estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes.

A companhia tem concentrado suas operações em consórcios operados pela Petrobras no território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PBLLog ofertar um amplo rol de serviços integrados.

Visão, Missão e Valores

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano de Negócios 2026-2030:



Estrutura Societária

Criada em novembro de 2012, a PBLLog é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro.

Plano de Negócios

O Plano de Negócios (PN) apresenta expectativas de longo prazo da PB-Log e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos.

O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PN, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado, definindo eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

Modelo de Negócio

A PBLLog tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística integrada

A PBLLog está capacitada e habilitada a fornecer serviços de logística integrada para ativos de produção, exploração ou agrupamentos de ativos de menor porte. Este fornecimento ocorre através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PBLLog integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

A PBLLog, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao *Blowout* Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

Gestão e Suporte ao Modelo de Negócio

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PBLLog projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, apoio logístico e apoio marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa

A companhia desenvolve as suas atividades, orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, ética, diversidade, equidade e responsabilidade.

Governança e Administração

A Estrutura de Governança e Administração da PBLLog está composta da seguinte forma: Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como tomar resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da companhia.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal da companhia é composto por três membros e tem seu escopo de atuação definido nos termos do Estatuto Social da PBLLog e nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Diretoria Executiva - É o órgão responsável pela gestão dos negócios da companhia, assegurando o seu funcionamento regular de acordo com a missão, objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um (a) Diretor(a) Presidente, um(a) Diretor(a) Corporativo(a) e Financeiro(a) e um(a) Diretor(a) de Operações.

Auditoria Interna - A Auditoria Interna, compartilhada com a utilizada pela controladora, é responsável por conduzir as atividades de auditoria interna, além de assessorar o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), a Diretoria Executiva (DE) e titulares da estrutura geral, de forma independente e objetiva, baseada em análises de riscos, além de atender às demandas do Conselho Fiscal (CF) e dos órgãos de controle governamental.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) - Compartilhado com a controladora, é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA) da controladora. É regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas normas previstas na legislação e demais regulações brasileiras - especialmente pela Lei nº 13.303/16, de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016.

Conformidade, Ética e Integridade

A PBLLog está alinhada às diretrizes de sua controladora, mantendo um compromisso sólido com a integridade, a ética e a transparência em todos os seus negócios.

A integridade é inegociável e permeia todas as operações da PBLLog e em relacionamentos com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*, fortalecendo sua reputação e a confiança.

Todas as operações são conduzidas em conformidade com os princípios do Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras, o qual reflete os valores e responsabilidades, além de fornecer ferramentas de autorreflexão para auxiliar a força de trabalho a alinhar suas ações aos princípios éticos no desempenho de suas funções.

A PBLLog mantém um Sistema de Integridade alinhado às melhores práticas de mercado, que é continuamente aprimorado para responder às mudanças do setor em que atua. Esse sistema é composto pelo Programa de *Compliance* e pelas áreas responsáveis pela gestão dos riscos de integridade, tendo como objetivo garantir um ambiente corporativo íntegro, pautado pela transparência e ética nos negócios.

Anualmente, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) avalia, por meio do Indicador de Conformidade (IC-Sest), as empresas estatais em relação ao envio de informações de pessoal, de governança, econômico-financeiras e orçamentárias. Em 2025, uma prévia do resultado da PBLLog no IC-Sest indica nota máxima (1.000 pontos), repetindo a alta performance do ano anterior.

As práticas contábeis da companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards Board* (IASB)). A Administração da PBLLog monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas da Petrobras.

Gestão de Riscos

A PBLLog adota uma gestão de riscos empresariais integrada e proativa, conduzida pela Diretoria Corporativa e Financeira, assegurando que as estratégias da companhia estejam alinhadas ao adequado nível de risco afeto ao negócio. Dessa forma, medidas essenciais são implementadas e monitoradas continuamente para garantir a entrega de resultados com segurança e sustentabilidade.

A PBLLog, a partir da alteração de seu controle, passou a compartilhar o seu processo de gestão de riscos com a Transpetro, em aderência às práticas e metodologia das análises de riscos, conforme estabelecido pela Lei 13.303/2016 e seu Estatuto Social.

Nosso sistema de gestão de riscos está alinhado com o Plano de Negócios da Petrobras, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da companhia. São observadas as análises e recomendações corporativas quanto a gestão de riscos, com desdobramento da estratégia corporativa traçada para o Sistema Petrobras.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

A vida deve ser respeitada em toda a sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da PBLLog resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão de riscos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

A gestão de riscos deve estar alinhada e ser coerente com o Plano Estratégico da Transpetro. Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação.

As ações de resposta aos riscos consideram as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos *stakeholders* e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

Relacionamento com Partes Interessadas

A companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais per tinentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração. As decisões internas da PBLLog que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais e zelando pelos interesses da companhia e de seu acionista controlador.

Os gestores da companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para as Sociedades do Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras e Transpetro, o sistema de controles internos da PBLLog observa o atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas sobre atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- *Foreign Corrupt Practices Act 1977* (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- *UK Bribery Act 2010*, lei anticorrupção do Reino Unido.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PBLLog aderiu em 2016, está disponível 24 horas por dia para o recebimento de denúncias sobre fraudes, corrupção, lavagem de dinheiro, conflitos de interesse, assédios, discriminação, segurança, meio ambiente, saúde e outras irregularidades, de forma independente, sigilosa e imparcial. Os atendimentos são realizados por uma empresa especializada, externa e independente.

As denúncias são apuradas pela Corregedoria-Geral da Petrobras, com reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário da Transpetro e à Alta Administração. As manifestações podem ser realizadas de forma sigilosa e confidencial.

LAI (Lei de Acesso à Informação)

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PBLLog) reafirma seu compromisso com a transparência e a prestação de contas, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Cabe destacar que o "FalaBR", inserido no contexto da LAI, é um canal integrado para encaminhamento de manifestações, que permite que qualquer pessoa tenha acesso a informações públicas, faça denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e solicitação de simplificação a órgãos e entidades da administração pública. Ademais, a PBLLog informa que todas as solicitações de acesso à informação foram atendidas dentro dos prazos e procedimentos legais.

Gestão de Recursos Humanos

A PBLLog possui seu quadro de empregadas e empregados composto por profissionais cedidos pela Petrobras e Transpetro. Encerramos o ano de 2025 com 24 empregadas e empregados, mesmo quantitativo em relação a 2024, sendo 7 mulheres (29,2%) e 17 homens (70,8%).

Desempenho Econômico-Financeiro

Cenário Macroeconômico

Em 2025, a economia brasileira passou por um processo de desaceleração cíclica em relação ao desempenho observado em 2024, mantendo, contudo, uma trajetória de crescimento moderado. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi condicionada, sobretudo, pelos efeitos defasados da política monetária contracionista, com manutenção de taxas de juros reais em patamar elevado ao longo do ano, bem como pelas restrições decorrentes do quadro fiscal. Ainda assim, a atividade econômica foi sustentada por um mercado de trabalho relativamente aquecido, pela resiliência do consumo das famílias e pela convergência da inflação para níveis compatíveis com a meta.

No recorte setorial, o segmento de *upstream* da indústria de *oil&gas* destacou-se como vetor relevante de sustentação da atividade econômica, apoiado na elevada produtividade do pré-sal, na entrada em operação de novas plataformas e no avanço dos projetos de desenvolvimento de campos *offshore*. A continuidade dos investimentos em exploração e produção, associada a custos de extração competitivos e à relativa estabilidade dos preços internacionais do petróleo contribuíram para o fortalecimento da indústria, para a geração de divisas externas e para a ampliação da arrecadação via *royalties* e participações governamentais, ainda que em um contexto de disciplina de capital por parte das operadoras.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PBLLog tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Dessa forma, a companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Santos e Campos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção.

Em 2025, a PBLLog manteve contrato para prestação de serviços logísticos integrados com consórcio de E&P em produção de Tartaruga Verde. Nos serviços de controle de emergência *offshore*, manteve a prestação para os consórcios prestados em 2024 conforme previsão no PAN 2025-2029, com destaque para Búzios, Roncador, Mero, Itapu e Sépia. Tendo ingresso de novos atendimentos para Jubarte e Sudoeste de Tartaruga Verde, conforme orientação estratégica da sua antiga controladora, Petrobras S.A. - Petrobras.

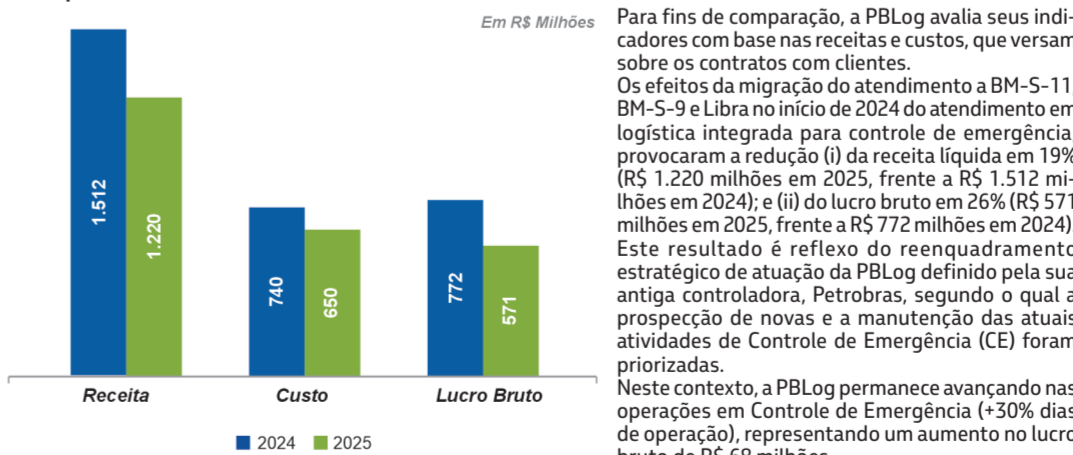
Unidades Marítimas Atendidas

	2025	2024
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	54	59
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	1	26*

*Manutenção de 26 Unidades Marítimas (UMs) até o 1º trimestre de 2024 e atendimento a 4 UMs nos demais trimestres.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Destaque dos Resultados de 2025



Cabe ressaltar ainda que os principais indicadores de performance da PBLLog, em 2025, foram auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o Nopat (*Net Operating Profit After Taxes*) que atingiu R\$ 354 milhões, superando a meta que era no montante de R\$ 269 milhões; (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R\$ 351 milhões (meta R\$ 208 milhões); e (3) os gastos com DG&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram em 20% em relação à meta de R\$ 33 milhões.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista

Em 2025, as atividades da PBLLog geraram R\$ 847 milhões em riqueza à sociedade, uma redução de 22% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2024. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PBLLog no ano, R\$ 0,60 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e alugueis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No



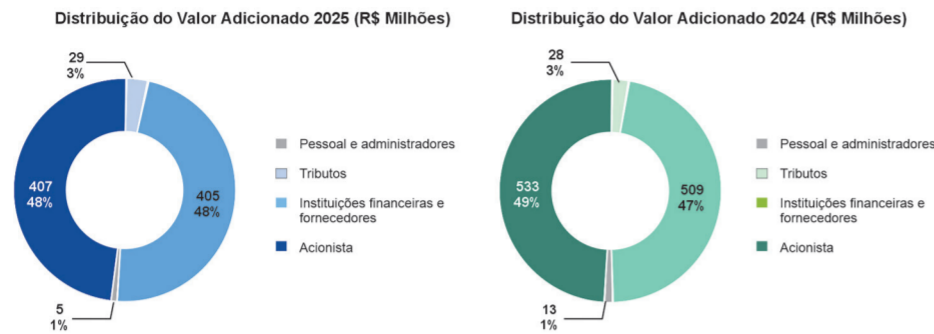
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro)

tocante aos tributos, os quais totalizaram R\$ 405 milhões – sendo R\$ 343 milhões em tributos federais e R\$ 62 milhões em tributos municipais. A PBLLog segue a estratégia tributária definida pela sua antiga controladora, Petrobras, com foco na aplicação adequada da legislação tributária, conformidade das operações e responsabilidade social.



Nossa remuneração ao acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias.

A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2025, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025, no montante de R\$ 407 milhões (R\$ 533 milhões em 2024) dos quais foram antecipados R\$ 305 milhões a título de dividendos intermediários, contempla a distribuição integral do lucro líquido auferido.

Perspectivas do Contexto de Negócios

Apesar do contexto desafiador, a Petrobras prevê investimentos no montante de US\$ 109 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US\$ 78 bilhões estão direcionados para o segmento de (E&P), aumentando o investimento no segmento e confirmando a crescente demanda por recursos logísticos.

No Brasil, o segmento de Logística *Offshore* para atendimento às atividades de Exploração e Produção manteve trajetória crescente por demanda de recursos logísticos principalmente pela entrada de novas unidades estacionárias de produção no país ao longo do ano e pela manutenção dos planos de desenvolvimento da produção, puxados principalmente pela Petrobras, mas também por outros operadores. Esta crescente demanda associada à uma oferta limitada de novos recursos logísticos foi refletida em pressão sobre os preços dos serviços logísticos o que tem levado os operadores a buscar uma otimização logística e compartilhamento de recursos entre operadores.

Por sua vez, a PBLLog manteve seu posicionamento em Logística Integrada e ampliou sua posição no Controle de Emergências iniciando a prestação de serviços para as novas parcerias operadas pela Petrobras que iniciaram operação ao longo do ano e renovaram contratos de venda com a incorporação de receita potencial na ordem de R\$ 2 bilhões com carteira vigente até 2029. Com a Otimização do Portfólio de Empresas do Sistema Petrobras, na qual a PBLLog está sendo incorporada pela Transpetro, a empresa está captando e desenvolvendo novas oportunidades de negócios em sinergia

com a sua atual controladora. Outras oportunidades estão em desenvolvimento visando a prestação de serviços para empresas fora do Sistema Petrobras.

Plano de Negócios 2026-2030

O Plano de Negócios 2026-2030 (PN 26-30) reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em logística integrada para ativos de menor porte e em controle de emergência, dando maior foco onde a companhia possui grande *expertise* e vantagem competitiva.

Demonstração do Resultado - Plano de negócios		R\$	Margem*
Receita Líquida		6.374	
Custo do Serviço Prestado		(4.062)	
Lucro Bruto		2.312	36%
Despesas Gerais e Administrativas		(167)	
Despesas Tributárias		(10)	
Outras Despesas Operacionais		(23)	
Lucro Operacional		2.112	33%
Resultado Financeiro		236	
LAIR		2.348	
IR/CSLL		(798)	
Lucro Líquido		1.550	24%

(*) Considerando margens bruta (Lucro Bruto), operacional (Lucro Operacional) e líquida (Lucro Líquido) as quais demonstram o percentual em relação a receita líquida.

Para o primeiro ano do PN, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

Indicador	Unidade	Meta	Tipo
Net Operating Profit After Taxes (Nopat)	R\$ mil	289.234	Maior-Melhor
IAGEE (a)	Unidade	3	Maior-Melhor
ICMA (b)	m³	3	Maior-Melhor

(a) Índice de Atendimento às metas de Gases de efeito estufa (indicador de Políticas Públicas compartilhado com a Petrobras); e

(b) Índice de Compromisso com o Meio Ambiente. Tendo com mediação o volume vazado acima de 1 barril (0,159m³).

Os indicadores apresentados são fundamentais para guiar nossas ações estratégicas e refletir nosso compromisso com os resultados e sustentabilidade do negócio, promovendo impacto positivo para nosso acionista e para a sociedade.

Audidores Independentes

As Demonstrações Financeiras da PBLLog dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 25 de fevereiro de 2026, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026.
A Administração.

Perfil & Remuneração de Nossos Dirigentes

Nível hierárquico	2025¹					2024¹					2025			2024		
	Efetivo Mulheres	% Mulheres x Total	Efetivo Homens	% Homens x Total	Total efetivo	Efetivo Mulheres	% Mulheres x Total	Homens	% Homens x Total	Total efetivo	Média Salarial Mulheres¹ R\$ milhões	Média Salarial Homens¹ R\$ milhões	Relação % Média Salarial Mulheres - Média Salarial Homens	Média Salarial Mulheres¹ R\$ milhões	Média Salarial Homens² R\$ milhões	Relação % Média Salarial Mulheres - Média Salarial Homens
Nível executivo²	2	100%	0	0,00%	2	2	100%	0	0,00%	2	1,25	0,00	0,00	0,82	0,53	155%

¹ Média Salarial = média em cada nível hierárquico.

² Nível executivo - compreende presidente, diretoras e diretores.

³ Nível gerencial - compreende gerentes executivas, gerentes executivos, assessoras, assessores, assistentes, gerentes gerais, gerentes, gerentes setoriais, coordenadoras e coordenadores.

⁴ Referente às posições ocupadas em 31/dez de cada exercício.

A Petrobras Logística de Exploração e Produção - PBLLog possui sua força de trabalho composta por nível executivo (duas diretoras) sendo os níveis gerenciais e colaboradores preenchidos por empregadas e empregados cedidos pela Petróleo Brasileiro S.A. e, por essa razão, não há demais informações relacionadas à empregadas e empregados da PBLLog. Como apresentado no quadro acima, nossa representatividade feminina manteve altíssima representatividade em 2025. As mulheres corresponderam a 100% do nível executivo, frente a 83,33% em 2024. Cabe referir que em 2024 o nível executivo foi representado nos dois primeiros meses do ano por dois diretores homens (aproximadamente 16,66% do total). Esses resultados reforçam o compromisso da PBLLog com a promoção da equidade de gênero e o alinhamento às melhores práticas de governança e aos compromissos ASG assumidos.

Em relação ao demonstrativo de média salarial anual (considerando remuneração fixa, variável e eventual), reiteramos que, conforme nossa Política de Recursos Humanos, Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e Código de Conduta

Ética, não faz distinção de gênero na remuneração entre mulheres e homens que ocupam o mesmo cargo ou função gratificada.

As variações entre as médias salariais anuais decorrem dos seguintes fatores:

- **Nível executivo:** em 2025, tivemos duas mulheres ocupando cargos executivos ao longo de todo o exercício, diferente de 2024, quando ocuparam por dez meses. Ainda, em 2024 houve o pagamento de Remuneração Variável (RVA) de anos anteriores, bem como as diretoras empossadas naquele exercício não receberam remuneração variável, o que explica as diferenças de remuneração entre os sexos.

Por fim, reforçamos que a remuneração na PBLLog é definida conforme metodologias estruturadas, que avaliam exclusivamente a função exercida (considerando critérios como complexidade, responsabilidade e escopo), independentemente das características individuais de quem ocupa o cargo, como gênero, idade ou qualquer outro atributo pessoal.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	168.487	1	Fornecedores	9	154.976	148.174
Contas a receber, líquidas	7.1	129.993	128.726	Tributos sobre o lucro	12.1	12.442	29.194
Contas a receber - FIDC	7.4	253.379	397.285	Impostos e contribuições	12.2	9.318	11.178
Tributos sobre o lucro	12.1	14	13	Arrendamentos	10	301	627
Impostos e contribuições	12.2	-	755	Outros passivos		18.688	11.027
Ativo circulante		551.873	526.780	Passivo circulante		195.725	200.200
Contas a receber, líquidas	7.1	44.725	43.975	Arrendamentos	10	134	712
Depósitos judiciais	17.2	54.213	50.553	Provisão para processos judiciais e administrativos	17.1	45.122	44.027
Impostos e contribuições	12.2	55.966	52.468	Provisão para ressarcimentos	11.1	48.603	46.731
Ativo realizável a longo prazo		154.904	146.996	Tributos diferidos sobre o lucro	12.1	5.496	4.205
Imobilizado	8	544	963	Outros passivos		11.220	10.115
Ativo não circulante		155.448	147.959	Passivo não circulante		110.575	105.790
Total do ativo		707.321	674.739	Passivo circulante e não circulante		306.300	305.990
				Capital social realizado		249.391	249.391
				Reservas de lucros		151.630	119.358
				Patrimônio líquido	13	401.021	368.749
				Total do passivo		707.321	674.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita de serviços	14	1.220.209	1.512.484
Custo dos serviços prestados	15.1	(649.511)	(740.340)
Lucro Bruto		570.698	772.144
Receitas (despesas) Gerais e administrativas	15.2	(26.500)	(24.092)
Tributárias	15.3	(3.868)	(2.299)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(3.640)	(1.937)
		(34.008)	(28.328)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		536.690	743.816
Resultado financeiro líquido	18	78.596	63.652
Receitas financeiras		75.496	70.186
Despesas financeiras		(184)	(1.409)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		3.284	(5.125)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		615.286	807.468
Tributos sobre o lucro	12	(208.206)	(274.175)
Lucro líquido do exercício		407.080	533.293
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.3	0,17	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	249.391	311.537	-	560.928
Lucro líquido do exercício	-	-	533.293	533.293
Dividendos adicionais de 2023 aprovados na AGO de 2024	-	(261.657)	-	(261.657)
Destinações:				
Dividendos intermediários pagos de 2024	-	-	(463.815)	(463.815)
Dividendos adicionais propostos de 2024	-	(69.478)	(69.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	249.391	119.358	-	368.749
Saldos em 1º de janeiro de 2025	249.391	119.358	-	368.749
Lucro líquido do exercício	-	-	407.080	407.080
Dividendos adicionais de 2024 aprovados na AGO de 2025	-	(69.478)	-	(69.478)
Destinações:				
Dividendos intermediários pagos de 2025	-	-	(305.330)	(305.330)
Dividendos adicionais propostos de 2025	-	(101.750)	(101.750)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	249.391	151.630	-	401.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	407.080	533.293
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	407.080	533.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		407.080	533.293
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	15	455	414
Perdas de créditos esperadas	7.3	(35)	38
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	16	1.121	(8.904)
Tributos sobre o lucro	12.1	208.206	274.175
Encargos financeiros sobre arrendamentos	10	142	559
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados	18	(5.706)	(4.225)
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	11.1	(50.460)	(55.025)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber	1.190	282.814	-
Impostos e contribuições	(392)	20.464	-
Outros ativos	(656)	7.102	-
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		6.826	(128.832)
Processos judiciais e administrativos pagos		(415)	(77)
Impostos e contribuições		(99.822)	(180.323)
Outros passivos		10.263	1.064
Tributos sobre o lucro pagos		(126.527)	(139.824)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		351.470	602.713
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgates (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros (1)		194.367	131.109
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de investimentos		194.367	131.109
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos	10	(742)	(1.315)
Pagamento de dividendos		(376.609)	(732.507)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	13.2	(377.351)	(733.822)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		168.486	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		168.487	1

(1) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 7.4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024		2025	2024
Receitas			Benefícios		
Prestação de serviços e outras receitas	1.415.354	1.755.337	Plano de aposentadoria e pensão	165	160
	1.415.354	1.755.337	FGTS	165	160
				136	141
Insunhos adquiridos de terceiros			Juros, variações cambiais e monetárias	29.085	28.122
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(651.676)	(747.429)			
	(651.676)	(747.429)	Tributos		
Valor adicionado bruto			Federais (a)	342.822	438.011
Depreciação e amortização	763.678	1.007.908	Municipais	62.495	71.285
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia				405.317	509.296
Valor adicionado recebido em transferência			Instituições financeiras e fornecedores		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais	83.639	75.921	Juros, variações cambiais e monetárias	5.043	12.268
Valor adicionado total a distribuir	846.862	1.083.415	Despesas de alugueis	337	436
Distribuição do valor adicionado				5.380	12.704
Pessoal e administradores			Acionistas		
Remuneração direta			Dividendos	305.330	463.815
Salários	27.348	25.439	Lucros retidos	101.750	69.478
Encargos sociais	476	493		407.080	533.293
Remuneração variável	960	1.889		846.862	1.083.415
	28.784	27.821			

(a) Inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 12.1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. Em 28 de novembro de 2025, a Petrobras realizou aporte da totalidade das ações de sua titularidade representativas do capital social da PB-LOG na Petrobras Transporte S/A - Transpetro, como parte de uma reestruturação societária intragrupo. Em decorrência dessa operação, a Petrobras Transporte S/A - Transpetro passou a deter o controle direto da PB-LOG a partir daquela data. A Administração avaliou os termos e a substância econômica da operação e concluiu que se trata de reorganização societária entre entidades sob controle comum, não havendo alteração do controle final do Grupo. Dessa forma, a transação não resultou em reconhecimento de ágio, ganho ou perda, tampouco em impactos relevantes nos ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora indireta Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada (contemplando armazenagem e transporte de cargas, estando inclusos os serviços portuários, transportes aéreos e marítimos) e controle de emergência (contemplando vãos de monitoramento, combate ao derramamento de óleo no mar e disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate à blowout submarino). Em 2025, a Companhia passou a operar com incremento de prestação de serviços em controle de emergência e menor participação na prestação de serviços de logística integrada, com consequente reflexo em níveis de faturamento e margem do negócio. No exercício, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculada ao interesse público tanto da controladora anterior - Petróleo Brasileiro S.A. - como de sua controladora atual (Petrobras Transporte S.A.).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir: - Criação da rubrica de tributos sobre o lucro no ativo e passivo para substituir o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. A Diretoria Executiva da Companhia, em 25 de fevereiro de 2026, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.1 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social. **4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17. **4.2. Fontes de incerteza em tributos sobre o lucro:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento da Companhia. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.3. Fontes de incerteza nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros:** Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES. 5.1. International Accounting Standards Board (IASB): Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements - Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adoteante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de reconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature - dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use, permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
<i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação: a) seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ou b) os resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025, bem como as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) equivalentes, quando aplicável:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)</i>	1º de janeiro de 2027

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 5.1.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	2025	2024		
Caixa e Bancos	1	1		
Aplicações financeiras de curto prazo				
Fundos de Investimento DI e operações compromissadas	168.486	-		
Total de caixa e equivalente de caixa	168.487	1		
Até maio de 2025, os recursos financeiros disponíveis da companhia eram majoritariamente aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 7.4). Contudo, com a edição do Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025, que afetou as novas aplicações em cotas do FIDC, a Administração reavaliou a política de gestão de caixa. A partir de junho de 2025, a companhia destinou os recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras que possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de sua aquisição. Essas aplicações ocorrem em fundos de investimentos, que direcionam para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas). Prática contábil: Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor				
7. CONTAS A RECEBER. 7.1. Contas a receber, líquidas				
	2025	2024		
Terceiros				
Outras contas a receber				
Outros recebíveis	299	301		
Subtotal - Terceiros	299	301		
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)				
Recebíveis de contratos com clientes	129.960	128.726		
Ressarcimento contingências passivas	44.725	43.975		
Subtotal - Partes relacionadas	174.685	172.701		
Total do contas a receber	174.984	173.002		
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(266)	(301)		
Total do contas a receber, líquidas	174.718	172.701		
Circulante	129.993	128.726		
Não circulante	44.725	43.975		
7.2. Aging do contas a receber - Terceiros				
	Contas a receber	2025 PCE	Contas a receber	2024 PCE
Vencidos:				
Até 3 meses	36	(3)	-	(8)
De 3 a 6 meses	-	-	38	(38)
Acima de 12 meses	263	(263)	263	(263)
Total	299	(266)	301	(301)
7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE				
	2025	2024		
Saldo inicial (Adições) Baixas	(301)	(263)		
Saldo final	35	(38)		
Circulante	(266)	(301)		
	(266)	(301)		
7.4. Contas a receber - FIDC				
	2025	2024		
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	253.379	397.285		
Total	253.379	397.285		

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Prática contábil: As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo líquido ou superior a noventa dias.

8. IMOBILIZADO. 8.1. Por tipo de ativos

	Equipamentos e outros bens	Direitos de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024			
Custo acumulado	-	963	963
Depreciação e amortização acumulada	4	2.269	2.273
Adições	(4)	(1.306)	(1.310)
Baixas	(4)	87	83
Depreciação e amortização acumulada	4	(506)	(502)
Saldo em 31 de dezembro de 2025			
Custo acumulado	-	544	544
Amortização acumulada	-	2.357	2.357
	-	(1.813)	(1.813)



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro)

	Equipamentos e outros bens	Direitos de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	1.554	1.555
Custo acumulado	15	2.357	2.372
Depreciação e amortização acumulada	(14)	(803)	(817)
Depreciação e amortização	(1)	(591)	(592)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	965	965
Custo acumulado	4	2.269	2.273
Depreciação e amortização acumulada	(4)	(1.306)	(1.310)

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PB-LOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. **8.2. Tempo de vida útil estimado:** O tempo de vida útil dos ativos depreciados pelo método linear são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 2025
Direitos de uso	2.357	(1.813)	544
Vida útil estimada	2.357	(1.813)	544
4 anos	2.357	(1.813)	544
Direitos de uso	2.357	(1.813)	544

Prática contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

	2025	2024
Terceiros no país	60.077	34.774
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)	94.899	113.400
Total	154.976	148.174
Circulante	154.976	148.174

Risco Sacado: A Companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a PB-LOG paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa "Mais Valor" exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela Companhia, bem como não há quaisquer registros de encargos financeiros, sendo mantidas as classificações em fornecedores no balanço e como atividade operacional as variações apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores antecipados pelas instituições financeiras aos fornecedores, no escopo do Programa são de R\$ 2.100 (R\$ 28.455 em 31 de dezembro de 2024), com prazo de pagamento entre 7 e 14 dias e prazo médio ponderado de 10 dias, após atendidas as condições comerciais contratadas.

10. ARRENDAMENTOS: Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PB-LOG obtém integralmente os benefícios de seu uso junto à Petrobras. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.339	1.339
Remensuração	87	87
Pagamento de principal e juros	(742)	(742)
Encargos incorridos no exercício	142	142
Outros	(391)	(391)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	435	435
Circulante	301	301
Não circulante	134	134

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Remensuração	(87)	(87)
Pagamento de principal e juros	(1.315)	(1.315)
Encargos incorridos no exercício	559	559
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.339	1.339
Circulante	627	627
Não circulante	712	712

Os pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro, por vencimento, estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2026	358	(57)	301
2027	120	(18)	102
2028	42	(10)	32
Em 31 de dezembro de 2025	520	(85)	435
Circulante	301	301	
Não circulante	134	134	

Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogação ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

11. PARTES RELACIONADAS: A Companhia segue a política com partes relacionadas do Sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses, e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos eram os seguintes:

Ativo	Petrobras					Transpetro					PNBV					Petronect					FIDC-NP					2025		2024		
	Petrobras	Transpetro	PNBV	Petronect	FIDC-NP	Total	Petrobras	Transpetro	PNBV	Petronect	FIDC-NP	Total	Petrobras	Transpetro	PNBV	Petronect	FIDC-NP	Total	Petrobras	Transpetro	PNBV	Petronect	FIDC-NP	Total	Petrobras	Transpetro	PNBV	Petronect	FIDC-NP	Total
Contas a receber																														
Clientes	129.764		196			129.960					129.960													129.960						128.726
Contas a receber - FIDC						253.379					253.379													253.379						397.285
Reembolso de contingência (a)	44.725					44.725					44.725													44.725						43.975
Total	174.489		196			253.379					253.379												253.379						569.986	
Circulante	129.764		196			383.339					383.339													383.339						526.011
Não circulante	44.725					44.725					44.725													44.725						43.975

Passivo

Fornecedores																														
Fornecedores	69.384		73	25.439	3	94.899					94.899													94.899						113.400
Obrigações vinculadas às operações da REFAP (b)	48.603					48.603					48.603													48.603						46.731
Arrendamentos	435					435					435													435						1.339
Total	118.422		73	25.439	3	143.937					143.937												143.937						161.470	
Circulante	69.685		73	25.439	3	95.200					95.200													95.200						114.027
Não circulante	48.737					48.737					48.737													48.737						47.443

Resultado

Receita de prestação de serviços	1.218.755	1.454				1.220.209	1.512.484
Custos dos serviços prestados	(156.779)	(2.388)	(25.021)			(184.188)	(260.833)
Despesas administrativas	(20.177)					(20.177)	(17.672)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	734					734	(5.567)
Receitas financeiras líquidas	271				50.460	50.731	65.071
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4.294)		1.955			(2.339)	(10.468)
Total	1.038.510	(934)	(23.066)		50.460	1.064.970	1.271.955

(a) Ressarcimentos a serem recebidos: Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.1. (b) **Ressarcimentos a serem pagos:** Referem-se a valor a ser ressarcido à Petrobras frente ao aproveitamento de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.2. **11.2. Remuneração dos membros chave da administração:** As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PB-LOG têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Salários e benefícios	1.699	1.760
Encargos sociais	476	493
Previdência complementar	165	160
Remuneração variável	960	1.889
Total	3.300	4.302
Número de membros	3,00	3,00
Número de membros remunerados	2,00	2,00

A PB-LOG, durante o período de vigência dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, patrocina o plano de previdência Petros 2 desses diretores, cabendo integralmente à Petrobras, as obrigações de benefício pós-emprego. Cabe destacar que a Diretora-Presidente, desde fevereiro de 2024, exerce também a função de Diretora de Operações. **11.3. Remuneração variável. Programa de Prêmio por Desempenho - PRD:** Nos mesmos moldes que para o ano de 2024, em 2025, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou o novo Programa de Prêmio por Desempenho (PRD) para o ano, destinado aos empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada. Alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, esse programa tem como objetivo alinhar o interesse entre acionistas e empregados com o desempenho da Companhia, estimulando o comportamento voltado para resultados, recompensar as pessoas pelos resultados alcançados, remunerar de forma diferenciada por entrega diferenciada e contribuir para a atração e retenção de talentos. O gasto estimado para o PRD de 2025 dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para pagamento do PRD 2025 foi de R\$ 2.839. Em 31 de dezembro de 2024 a provisão para pagamento do PRD 2024 foi de R\$ 2.492. **Participação nos Lucros ou Resultados - PLR:** Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG são contemplados pelo Programa de Participação nos Lucros (PLR), conforme Acordo Coletivo negociado entre os Sindicatos e a Petrobras. O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para pagamento do PLR 2025 atingiu R\$ 2.461 (R\$ 2.638 em 31 de dezembro de 2024 referente à PLR 2024). **Remuneração do Conselho Fiscal:** Em 28 de abril de 2025, a Assembleia Geral aprovou o montante limite da remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal em R\$ 361 para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 187/2024/MGI).

A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios. No exercício de 2025, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 7 (R\$ 7 em 2024). **Prática contábil:** As provisões dos programas de remuneração variável (PRD/PPP e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

12. TRIBUTOS. 12.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Balanço Patrimonial

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	14	12.442	13	29.194
Diferidos	—	5.496	—	4.205
Total	14	17.938	13	33.399
Circulante	14	12.442	13	29.194
Não circulante	—	5.496	—	4.205

Demonstração de Resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	615.286	807.468
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(209.197)	(274.539)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	967	340
Outros	24	24
Tributos sobre o lucro	(208.206)	(274.175)
Correntes	(206.915)	(271.862)
Diferidos	(1.291)	(2.313)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	34%	34%

12.1.1. Correntes: Tributos sobre o lucro - a recuperar

	2025	2024
Ativo Circulante	14	13
Total	14	13

No País

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social	14	13
Total	14	13

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de imposto de rendas e contribuição social no exercício corrente.

Tributos sobre o lucro - a recolher

	2025	2024
Passivo Circulante	—	—
No País	12.442	29.194
Imposto de renda e contribuição social	12.442	29.194
Total	12.442	29.194

Os tributos sobre o lucro no passivo circulante: refere-se ao processo de apuração mensal de imposto de renda e de contribuição social, líquidos das respectivas antecipações.

12.1.2. Diferidos

	2025	2024
Saldo inicial	(4.205)	(1.892)
Reconhecido no resultado	(1.291)	(2.313)
Saldo final	(5.496)	(4.205)

Composição

	Natureza	Fundamento para realização	2025	2024
Perda de crédito esperada		Baixa definitiva e reversão da provisão	91	101
Provisão para processos judiciais		Pagamento e reversão da provisão	135	244
Provisões para remuneração variável e PLR		Pagamento e reversão da provisão	2.302	2.220
Atualização monetária - Depósitos judiciais		Levantamento dos recursos	(7.976)	(6.723)
Variação cambial		Liquidação financeira	(48)	(47)
Total			(5.496)	(4.205)
Impostos diferidos ativos			2.528	2.565
Impostos diferidos passivos			(8.024)	(6.770)

Realização: A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2025	2024	2025	2024
2026	2.321	(48)		
2027	18	—		
2028	18	—		
2029	18	—		
2030	18	—		
2031 em diante	135	(7.976)		
Parcela registrada contabilmente	2.528	(8.024)		

Pr



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro)



O quadro a seguir demonstra a movimentação das reservas de lucros:

	Legal	Dividendos adicionais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	49.880	261.657	311.537
Dividendos adicionais de 2023 aprovados na AGO de 2024	-	(261.657)	(261.657)
Dividendos adicionais propostos de 2024	-	69.478	69.478
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.880	69.478	119.358
Saldos em 1º de janeiro de 2025	49.880	69.478	119.358
Dividendos adicionais de 2024 aprovados na AGO de 2025	-	(69.478)	(69.478)
Dividendos adicionais propostos de 2025	-	101.750	101.750
Saldos em 31 de dezembro de 2025	49.880	101.750	151.630

Dividendos a pagar: Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de dividendos a pagar aos acionistas, conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	2025	2024
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	69.478	261.657
Adição por deliberação da DE (antecipação)	304.994	463.604
Atualização monetária	2.758	9.350
Pagamento	(376.609)	(732.507)
IRRF sobre a atualização monetária	(621)	(2.104)
Saldo final	-	-

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

13.3. Resultado por ação

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas	407.080	533.293
Quantidade de ações	2.360.959.993	2.360.959.993
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,17	0,23

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da PB-LOG não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

14. RECEITA DE SERVIÇOS. 14.1. Receita: A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com os consórcios de E&P sob operação da Petrobras. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta de serviços	1.413.452	1.745.306
ISS	(62.495)	(71.285)
PIS	(23.323)	(28.815)
COFINS	(107.425)	(132.722)
Total	1.220.209	1.512.484

14.2. Obrigações de performance restantes: A Companhia possui contratos de serviços assinados até 31 de dezembro de 2025, com prazos superiores a um ano, onde há estabelecida uma quantidade de serviços para vendas no próximo exercício com seus respectivos termos de pagamento. A seguir estão apresentados os valores remanescentes desses contratos ao final de 2025, tendo como base suas quantidades de serviços para vendas futuras, bem como preços na data base em 31 de dezembro de 2025 ou praticados em vendas recentes quando esses refletirem a informação mais diretamente observável:

	Expectativa de realização em até 1 ano	Expectativa de realização após 1 ano	Total dos contratos
Total	758.870	936.884	1.695.754

Mercado interno

Serviços e outros	758.870	936.884	1.695.754
Total	758.870	936.884	1.695.754

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada e controle de emergência. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas quando o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz a obrigação de performance. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos com clientes, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de performance. Os faturamentos são realizados em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA. 15.1. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(487.038)	(506.363)
Serviços logísticos	(129.403)	(192.350)
Operações terrestres	(1.810)	(13.446)
Serviços de segurança, meio ambiente e saúde	(14.810)	(13.978)
Gastos com pessoal	(8.340)	(9.141)
Depreciação e amortização	(71)	(71)
Outros custos operacionais	(8.039)	(4.991)
Total	(649.511)	(740.340)

15.2. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Gastos com pessoal	(16.325)	(14.673)
Compartilhamento de gastos com a Controladora	(7.830)	(7.394)
Depreciação e amortização	(384)	(343)
Outras despesas administrativas	(1.961)	(1.682)
Total	(26.500)	(24.092)

15.3. Despesas tributárias

	2025	2024
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(2.974)	(3.262)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(628)	1.157
Demais impostos e taxas	(266)	(194)
Total	(3.868)	(2.299)

16. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Provisões e/ou perdas com processos judiciais	(1.121)	8.904
Multas contratuais	1.117	424
Remuneração variável e PLR	(4.420)	(4.307)
Provisão ressarcimento de contingências	750	(6.921)
Perdas de créditos esperadas	35	(38)
Outros	(1)	1
Total	(3.640)	(1.937)

17. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS. 17.1. Provisão para processos judiciais e administrativos: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: **Processos fiscais:** Referem-se, principalmente, a auto de infração lavrado em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; e **Processos trabalhistas:** Destaca-se reclamação trabalhista relativa à Petros. Os valores provisionados são os seguintes:

	2025	2024
Passivo não circulante		
Fiscais	44.340	41.723
Trabalhistas	782	2.304
Total	45.122	44.027

A movimentação dos processos judiciais provisionados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	44.027	53.103
Baixas, líquidas (a)	(1.508)	(11.526)
Atualização	2.603	2.450
Saldo final	45.122	44.027

(a) Em 2024, refere-se a baixas de processos encerrados e pagos, sem custo para a Companhia por se tratar de assuntos da REFAP, cobertos pelo Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE).

Os processos judiciais provisionados oriundos das atividades operacionais da REFAP estão sob responsabilidade da Petrobras, conforme Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE) entre as empresas. Desta forma, o Contas a Receber junto à Petrobras registrado no ativo não circulante somou R\$ 44.725 (R\$ 43.975 em 31 de dezembro de 2024).

17.2. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perda dos processos:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Trabalhistas	1	5
Fiscais	54.212	50.548
Total	54.213	50.553

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios está apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	50.553	47.387
Adições (baixas), líquidas	(24)	(4)
Atualização financeira	3.684	3.170
Saldo final	54.213	50.553

17.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados: Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2025	2024
Natureza		
Fiscais	401.748	376.175
Trabalhistas	1.160	9.127
Cíveis	24.481	21.973
Ambientais	181	289
Total	427.570	407.564

17.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados: Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal

	2025	2024
Autor: União Federal		
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos.	19.808	18.763
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).		
2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias.	68.474	67.921
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário o qual foi provido pelo CARF, por unanimidade. Aguarda-se inclusão em pauta do recurso especial interposto pela PGFN.		
3) Auto de infração tributário glosando o creditamento de PIS e COFINS.	310.746	286.093
Situação atual: O recurso voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido pelo CARF. Foi interposto recurso especial, aguardando-se sua inclusão em pauta.		
4) Trata-se de despacho decisório da Receita Federal do Brasil de não homologação de declaração de compensação de tributos federais (PER/DCOMP).	2.007	-
Situação atual: Aguarda-se decisão administrativa, em face de manifestação de inconformidade apresentada.		
5) Processos diversos de natureza fiscal	713	3.398
Total de processos de natureza fiscal	401.748	376.175

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	2025	2024
Autor: Diversos - Pessoa física		
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR).	-	7.771
Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Companhia, reconheceu em marco de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes. A Companhia vem ajustando a expectativa de perda dos processos ou baixando-os, de acordo com as decisões que aplicam o entendimento do STF. Como existem ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a aplicação do precedente aos respectivos processos, os quais vêm sendo encerrados, conforme seus andamentos no Judiciário.		

	2025	2024
Autor: Diversos - Pessoa física		
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros.	1.160	1.356
Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.		
Total de processos de natureza trabalhista	1.160	9.127

Descrição dos processos de natureza cível

	2025	2024
Autores: Pessoas Jurídicas		
1) Pleito de anulação de multas aplicadas pela fiscalização de contratos de serviços de afretamentos de embarcações.	24.083	21.973
Situação atual: Decisão do Tribunal de Justiça, em sede de apelação, anulou a sentença desfavorável para a Companhia proferida pela da Vara Cível que a condenava à reparação por perdas e danos, determinando que o processo seja analisado por Vara Empresarial. Aguarda-se julgamento de recurso interposto pela contraparte.		
2) Demais processos cíveis envolvendo contratos de afretamento de embarcações.	398	-
Total de processos de natureza cível	24.481	21.973

Descrição dos processos de natureza ambiental:

	2025	2024
Autores: Autoridades Governamentais		
1) Infrações em discussão a respeito de possíveis danos ambientais onshore.	181	289
Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação judicial.		
Total de processos de natureza ambiental	181	289

Prática contábil: A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram ser mais provável que ocorra uma obrigação presente do que não e as demais condições para o reconhecimento de uma provisão sejam atendidas, incluindo o desembolso de caixa futuro. Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
Receitas Financeiras	75.496	70.186
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	63.958	70.153
Receita com aplicação financeira	11.126	-
Outros	412	33
Despesas Financeiras	(184)	(1.409)

Juros (42) (850)
Despesas com arrendamento (142) (559)
Variações monetárias e cambiais, líquidas 3.284 (5.125)
Atualização monetária de dividendos pagos (2.758) (9.350)
Atualização monetária de dividendos a pagar 336 211
Variação cambial 1.895 175
Atualização monetária de depósitos judiciais 3.702 3.170
Atualização monetária de impostos a recuperar 2.352 2.475
Outros (2.243) (1.806)
Total 78.596 63.652

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS. 19.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Durante os exercícios de 2025 e 2024 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	168.487	1
Recebíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber, líquidas	129.993	128.726
Contas a receber - FIDC	253.379	397.285
Ativo circulante	551.859	526.012
Contas a receber, líquidas	44.725	43.975
Depósitos judiciais	54.213	50.553
Ativo não circulante	98.938	94.528
Total do ativo	650.797	620.540
Passivo		
Fornecedores	154.976	148.174
Outros passivos	18.688	11.027
Passivo circulante	173.664	159.201
Provisão para ressarcimentos	48.603	46.731
Outros passivos	11.220	10.115
Passivo não circulante	59.823	59.826
Total do passivo	233.487	219.027

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **19.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Transpetro. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. Todas as práticas, diretrizes e processos adotados pela PB-LOG estão integralmente alinhados às políticas, valores e diretrizes estratégicas da Petrobras, que figura como controladora da Transpetro e, conseqüentemente, como controladora indireta da PB-LOG, assegurando coerência, consistência e aderência ao modelo de governança e de gestão de riscos estabelecido em nível corporativo. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **19.3.1. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da PB-LOG sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Transpetro, não estando, portanto, exposta. **19.3.2. Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Transpetro. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Transpetro e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **19.3.3. Risco de liquidez:** A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela Companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do plano estratégico. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Transpetro. **19.3.4. Risco cambial:** Decorre da possibilidade da PB-LOG ter ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas cotações de moedas estrangeiras. O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela sua Controladora Transpetro, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada. **19.3.5. Risco de preços:** Decorre da possibilidade da PB-LOG ter ganhos ou perdas decorrentes da exposição às oscilações nos preços dos serviços contratados pela Companhia e nos serviços prestados aos seus clientes. O gerenciamento dos riscos de preços é feito de forma corporativa pela sua Controladora Transpetro, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada.

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora Presidente

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora de Operações

ELISANDRA COLLAZIO
Diretora Corporativa e Financeira

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relevantes, principalmente envolvendo a receita de serviços e os custos de serviços prestados, da Companhia é realizada com a parte relacionada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Eduardo Garbin Di Luca
Contador CRC RJ-114186/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PBLLog**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PBLLog relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025: I - Relatório da Administração; II - Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos.

Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal opina que os documentos

apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., prevista para ser realizada em 28 de fevereiro de 2026.

Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

Eduardo Damazio da Silva Rezende
Conselheiro Fiscal - Presidente

Rafael Rezende Brigolini
Conselheiro Fiscal

Roberta Rose Sanches Müller
Conselheira Fiscal



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>